



**ATA N.º 90**

**31-03-2021**

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a nonagésima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vitor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.-----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que lhe transmitiram no dia de ontem, por parte da AGDA, ter sido aprovada a abertura do procedimento para a empreitada de

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.



construção da ETAR de Cuba, no valor de 3,3 milhões de euros, obra que se espera tenha início brevemente. -----

**BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 30 DE MARÇO DE 2021: € 532 379,62**

-----  
**ORDEM DO DIA:** -----

**1. MARIA MANUELA MANZACA BAIÃO. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 19/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Maria Manuela Manzaca Baião. --

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ---

-----  
**2. ELINA DANIELA RAIMUNDO MATEUS LOPES. APOIOS SOCIAIS. LUZ.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 20/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em sintonia com o n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para pagamento da luz em atraso no valor de € 94,15, formulado pela Sr.ª Elina Daniela Raimundo Mateus Lopes. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, em sintonia com



tomadas de posição idênticas sobre esta matéria, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**3. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - APOIO PARA REFEIÇÕES ESCOLARES. ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO. ANO LETIVO 2020/2021. CANDIDATURAS EXTEMPORÂNEAS. ---**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 6/2021 do Serviço de Ação Educativa, cujo teor se transcreve: -----

*“Foram apresentados 4 pedidos, extemporâneos, para o apoio em epígrafe, para 3 alunos do ensino pré-escolar e 1 do 1.º ciclo. -----*

*De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram rececionados atendendo aos motivos apresentados (2 por motivo de emprego dos pais, 1 por alteração do escalão de rendimentos para o abono de família a crianças e jovens e 1 pelo facto do aluno ter completado agora 3 anos de idade e matriculou-se pela 1.º vez). -----*

*São alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família, que cumprem os requisitos para a comparticipação da Câmara, conforme quadros em anexo. -----*

*Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições tem um valor estimado de 557,76€, até ao final do ano letivo 2020/2021. -----*

*Para cumprimento do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos. -----*

*A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar – Ensino Pré-escolar e 1.º ciclo, no que*



respeita a alimentação a estudantes, para ano letivo 2020/2021, deliberou considerar as candidaturas apesar de extemporâneas. -----

**4. LÍDIA MARINA MORAIS PACHECO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA VISCONDE DA ESPERANÇA, N.º 48, EM CUBA. -----**

Solicita a Sr.ª Lídia Marina Moraes Pacheco, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia de € 424,73, proveniente de consumo de água no local indicado, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em 6 prestações mensais, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. ---

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 12/2021, da Subunidade Administrativa, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**5. MARIA DIONÍSIA PITEIRA TROLES. PEDIDO DE PAGAMENTO DE SEPULTURA PERPÉTUA, NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE CUBA, EM PRESTAÇÕES. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 11/2021, da Subunidade Administrativa, cujo teor se transcreve: -----

"Solicita a Sr.ª Maria Dionísia Piteira Troles, que seja facultada a possibilidade de poder fazer o pagamento da concessão de um terreno no Cemitério Municipal de Cuba, no valor de € 905,79, em 12 prestações mensais, uma vez que de momento não tem condições para liquidar a totalidade. -----

De acordo com o disposto no n.º 10 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços, poderá ser autorizado, a requerimento do devedor que não possa cumprir integralmente e de uma só vez a taxa devida em cada processo, e quando o respetivo valor for igual ou superior a € 200,00, o seu pagamento em prestações iguais, não podendo a última ir para além de um ano a contar da data em que a prestação tributária se mostre devida, implicando a falta de pagamento de uma prestação o vencimento de todas as outras." -----



A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão possibilitando o pagamento nos termos propostos pela requerente. -----

**6. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA RUIVA - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 21/2021, do SASS, dando conta de que, na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Vila Ruiva, é intenção apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP, para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais. -----

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura. -----

A despesa associada a esta candidatura retrata-se da seguinte forma: -----

Valores globais: -----

- 1) 1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 6 meses .....2.632,86 €  
1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €  
1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00€  
Total : .....3.392,50 €

2) Participação a efetuar pelo IEFP: -----

- 2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....2.106,29 €

Participação total a efetuar pelo IEFP: .....2.106,29 €

3) Atendendo à participação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----

- 3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses .....526,57 €  
3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €  
3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €  
Total a cargo da entidade .....1286,21 €

Em caso de ser deliberado favoravelmente deverá o Sr. Presidente solicitar à subunidade Financeira, a devida cabimentação do valor 1286,21 €, para o ano 2021 ,



cuja despesa global apresenta um valor de 3.392,50 € , para fazer face às despesas suportadas pelas entidades acima referidas no âmbito das candidaturas aos programas sociais. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

**7. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA ALVA - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 22/2021, do SASS, dando conta de que, na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Vila Alva, é intenção apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais. -----

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura. -----

A despesa associada a esta candidatura retrata-se da seguinte forma: -----

Valores globais: -----

- 1) 1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 6 meses .....2.632,86 €  
1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €  
1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00€  
Total : .....3.392,50 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP: -----

- 2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....2.106,29 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP: .....2.106,29 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----

- 3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses .....526,57 €  
3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €  
3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €



Total a cargo da entidade .....1286,21 €

Em caso de ser deliberado favoravelmente deverá o Sr. Presidente solicitar à subunidade Financeira, a devida cabimentação do valor 1286,21 €, para o ano 2021, cuja despesa global apresenta um valor de 3.392,50 €, para fazer face às despesas suportadas pelas entidades acima referidas no âmbito das candidaturas aos programas sociais. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

#### **8. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA JUNTA DE FREGUESIA DE CUBA - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 23/2021, do SASS, dando conta de que, na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Cuba, é intenção apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais. -----

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura. -----

A despesa associada a esta candidatura retrata-se da seguinte forma: -----

Valores globais: -----

1) 1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 6 meses .....2.632,86 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00€

Total : .....3.392,50 €

2) Participação a efetuar pelo IEFP: -----

2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....2.106,29 €

Participação total a efetuar pelo IEFP: .....2.106,29 €

3) Atendendo à participação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----



3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses .....	526,57 €
3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....	629,64 €
3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:.....	130,00 €
Total a cargo da entidade .....	1286,21 €

Em caso de ser deliberado favoravelmente deverá o Sr. Presidente solicitar à subunidade Financeira, a devida cabimentação do valor 1286,21 €, para o ano 2021, cuja despesa global apresenta um valor de 3.392,50 €, para fazer face às despesas suportadas pelas entidades acima referidas no âmbito das candidaturas aos programas sociais. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

#### **9. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA JUNTA DE FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 24/2021, do SASS, dando conta de que, na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, é intenção apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais. -----  
Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura. -----

A despesa associada a esta candidatura retrata-se da seguinte forma: -----

Valores globais: -----

1) 1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 6 meses .....	2.632,86 €
1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....	629,64 €
1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:.....	130,00€
Total : .....	3.392,50 €

2) Participação a efetuar pelo IEFP: -----

2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....	2.106,29 €
---	------------

Participação total e efetuar pelo IEFP: .....2.106,29 €



3) Atendendo à comparticipação por parte do IEPF, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: -----

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses .....526,57 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total a cargo da entidade .....1286,21 €

Em caso de ser deliberado favoravelmente deverá o Sr. Presidente solicitar à subunidade Financeira, a devida cabimentação do valor 1286,21 €, para o ano 2021 , cuja despesa global apresenta um valor de 3.392,50 € , para fazer face às despesas suportadas pelas entidades acima referidas no âmbito das candidaturas aos programas sociais. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

**10. HASTA PÚBLICA DE ALIENAÇÃO DO LOTE 3, DESTINADO A TERRENO PARA CONSTRUÇÃO, DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA ANTIGA ESCOLA PRÉ-PRIMÁRIA, EM CUBA. -----**

Foi presente à Câmara uma proposta do Sr. Presidente referente ao assunto em título, cujo conteúdo se transcreve: -----

Considerando que se encontra por alienar o Lote 3 do Loteamento Municipal da Antiga Escola Pré-Primária, em Cuba; -----

Considerando que não deve a Câmara Municipal deixar de aproveitar a fonte de receita proveniente da alienação deste lote; -----

Considerando o interesse público subjacente à alienação deste lote de terreno; -----

Proponho que a Câmara, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do art.º 33º. da Lei n.º 75/2013, de 12/09, com as alterações que lhe foram introduzidas, e uma vez que valor em causa não será superior a € 580.000,00 (1000 vezes a RMMG), delibere alienar em hasta pública esse lote de terreno para construção, identificado na planta anexa, e fixe as respetivas condições de alienação e o respetivo edital de publicitação, documentos



que se anexam. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou alienar em hasta pública o lote n.º 3, destinado a terreno para construção, do Loteamento Municipal da Antiga Escola Pré-Primária, em Cuba, nas seguintes condições: -----

Condições gerais: -----

1. Do lote: -----

1.1. O lote a alienar é o n.º 3 do Loteamento Municipal da Antiga Escola Pré-Primária em Cuba, cujas características constam da planta anexa. -----

1.2. O lote a alienar destina-se a construção e a sua venda será feita em direito de superfície. -----

1.3. A alienação será feita mediante propostas em carta fechada, cuja abertura se realizará, em ato público, na reunião da Câmara Municipal subsequente ao término do prazo para a sua apresentação, que a Câmara desde já fixa até às 17 horas do dia 13 de Abril de 2021, a divulgar mediante editais a elaborar para o efeito. -----

1.4. O preço base para efeitos de alienação é de € 90,00/m<sup>2</sup>, devendo os interessados apresentar as suas propostas com valor superior àquele. -----

2. Dos interessados: -----

2.1. Poderá licitar qualquer pessoa singular que não se encontra legalmente impedida de o fazer. -----

2.2. Os interessados podem fazer-se representar por procurador munido de procuração com poderes para o efeito. -----

3. Da adjudicação: -----

3.1. O lote será alienado ao interessado que apresente a proposta de maior valor. -----

3.2. Em caso de empate de propostas, o lote será adjudicado ao interessado mais jovem, visando-se, assim, fomentar a fixação de jovens no concelho -----

4. Obrigações do adjudicatário: -----

4.1. Feita a adjudicação dos lote de terreno, fica o adjudicatário obrigado a: -----

a) No prazo de 8 dias a contar da data da sua notificação, efetuar o pagamento de 10% do preço, na Tesouraria da Câmara Municipal, como sinal e princípio de pagamento; --

b) No prazo de 30 dias a contar da adjudicação, proceder ao pagamento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), nos termos do n.º 3 do art.º 36.º do CIMT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na



sua redação tual; -----

c) No prazo que lhe for fixado para o efeito, mas nunca superior a 60 dias, comparecer no edifício da Câmara Municipal de Cuba para celebrar o contrato de compra e venda do lote, altura em que procederá ao pagamento do remanescente (90%) do preço devido. -----

4.2. Correm por conta do adjudicatário todas as despesas derivadas da celebração do contrato, impostos devidos e quaisquer outros encargos legais. -----

4.3. A falta de cumprimento por parte do adjudicatário do disposto nas alíneas a), b) e c) do nº 4.1. implica a sua renúncia à compra do lote adjudicado e a reversão do mesmo para o Município de Cuba, bem como a perda, a favor do mesmo, de 30% das importâncias que eventualmente tenham sido pagas. -----

5. Da construção: -----

5.1. A aquisição do lote implica a obrigatoriedade, por parte do seu adquirente, de nele construir um prédio urbano destinado a habitação própria permanente, devendo, para o efeito proceder à respetiva comunicação prévia, nos termos Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. -----

5.2. A construção no lote deve ser iniciada no prazo de seis meses e concluída no prazo de dois anos contados a partir da data da celebração do contrato de compra e venda.

5.3. Findos os prazos referidos sem que se mostre concluída, ou sequer iniciada, a construção no lote, este reverterá à titularidade da autarquia, assim como 30% das quantias entregues a título de pagamento, não havendo direito a indemnizações por quaisquer trabalhos, edificações ou benfeitorias que nele se tenham efetuado. -----

5.4. Salvo por motivos de força maior, não imputáveis ao adquirente, devidamente justificados, poderá a Câmara Municipal conceder uma prorrogação para cada um dos referidos prazos, a qual não poderá ser superior aos prazos iniciais, findos os quais ocorrerá a reversão para a Câmara, nos termos atrás enunciados. -----

6. Direito de preferência: -----

6.1. A Câmara Municipal poderá, em caso de alienação, exercer, em 1º grau, o direito de preferência. -----

6.2. O disposto nesta cláusula não prejudica a eventual venda judicial. -----



**11. NECESSIDADE DE RECRUTAR RECURSOS HUMANOS PARA AS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS, DURANTE O PERÍODO QUE SE ENCONTRA ABERTO AO PÚBLICO. APRECIÇÃO PELO ÓRGÃO EXECUTIVO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O RECRUTAMENTO DE 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE NADADOR-SALVADOR, A TERMO RESOLUTIVO CERTO, PELO PERÍODO DE 6 MESES. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 8/2021, da Subunidade de Recursos Humanos, cujo conteúdo se transcreve: -----

Como se sabe, as piscinas municipais descobertas encontram-se abertas ao público durante o período de Verão; -----

As piscinas municipais descobertas são de maior dimensão que as piscinas cobertas e todos os anos se regista maior número de utilizadores nas piscinas descobertas; -----

Sendo uma atividade sazonal, a necessidade é temporária e limitada no tempo, sugere-se, portanto, que seja aberto procedimento concursal para 2 assistentes operacionais na área de atividade de nadador-salvador, pelo período de 6 meses. -----

Nestes termos, cumpre à subunidade de recursos humanos informar sobre o procedimento a adotar, e os formalismos que se encontram subjacentes ao recrutamento de pessoal da administração pública/local. -----

**Legislação aplicável**

Em matéria de recrutamento de pessoal são várias as disposições legais que temos de levar em consideração. E, no caso em concreto, devemos ainda, ter presente a legislação aplicável às normas e condições de funcionamento dos recintos com diversões aquáticas. -----

Em termos de recrutamento de pessoal para a administração pública e com as especificidades das autarquias locais, muita legislação há a considerar, para a abertura de procedimento concursal, como se passa a elencar: -----

A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designada por Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas; -----

Deste modo, qualquer órgão ou serviço que pretenda satisfazer as suas necessidades de pessoal, deverá seguir um conjunto de procedimentos, de modo a garantir a observância do legalmente disposto em matéria de recrutamento, inserta na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente no seu artigo 30.º, e seguintes, na sua



redação atual; -----

O mapa de pessoal aprovado para o ano de 2021, prevê dois lugares e a respetiva orçamentação, quanto à remuneração base, subsídio de refeição e subsídios de férias e Natal. -----

Em anexo à presente informação, encontram-se as fichas de cabimento, que apesar de não ter cabimento suficiente, as respetivas rubricas serão dotadas com os valores necessários à contratação, na próxima alteração orçamental. -----

Os fundamentos para a celebração dos contratos a termo resolutivo, encontram-se no art. 57º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e que passo a citar, o que de relevante haja, para apreciação do caso em concreto: -----

*1- Só pode ser aposto termo resolutivo certo ao contrato de trabalho em funções públicas nas seguintes situações, fundamentadamente justificadas: -----*

... -----

*e) Para assegurar necessidades urgentes de funcionamento das entidades empregadoras; -----*

*h) Para fazer face ao aumento excecional e temporário da atividade do órgão ou serviço; -----*

... -----

Sabendo que: -----

a) A atividade da piscina descoberta, é uma atividade sazonal; -----

b) O número de utentes da mesma, tem um aumento considerável no período de Verão, relativamente ao número de utilizadores da piscina coberta; -----

c) A área a vigiar e supervisionar é acentuadamente mais ampla; -----

d) Sendo maior o número de utilizadores da piscina descoberta, é necessário reforçar a vigilância neste período de Verão, uma vez que os/as Assistentes Operacionais cuja área de atividade é de Nadador-Salvador são insuficientes para garantir a vigilância dos/as utentes da piscina descoberta que é manifestamente de interesse público assegurar o bem-estar dos/as munícipes utilizadores/as de tal espaço recreativo; -----

Conclui-se que estão reunidas as condições para se determinar que a relação jurídica a definir na presente proposta de abertura de procedimento concursal. -----

O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que procede à adaptação, naquela data, da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e atualmente, por força do disposto no artigo 42.º da Lei preambular da Lei n.º 35/2014, “todas as referências feitas aos diploma ora revogados entendem-se feitas para as correspondentes normas da presente lei”; -----

O Decreto-Lei n.º 209/2009, determina que todas as referências feitas ao membro do



governo ou ao dirigente máximo do serviço, consideram-se feitas, nos municípios, ao Presidente da Câmara. -----

No que respeita gestão à de recursos humanos em função dos mapas de pessoal, sendo insuficiente o número de trabalhadores em funções, pode o serviço promover os recrutamentos necessários, contudo, precedido de aprovação do órgão executivo, em que o sentido e data da deliberação são expressamente mencionadas no procedimento. -----

A Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, regulamenta a tramitação do procedimento concursal, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da LGTFP; -----

O art. 3º, da Portaria, na sua redação atual, determina as modalidades que pode revestir o procedimento concursal: -----

a) **Comum**, sempre que se destine ao imediato recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal dos órgãos ou serviços, bem como de necessidades futuras do empregador público; -----

b) (...) -----

c) (...) -----

Nestes termos conclui-se, -----

1. De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada por sua Excelência do Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, "As As autarquias não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação; -----

2. Atendendo que no mapa de pessoal aprovado para o ano 2021, encontra-se previsto os postos de trabalho de assistente operacional, a ocupar a termo resolutivo certo para o exercício de funções nas piscinas municipais, por ter sido previamente prevista esta necessidade aquando da abertura das piscinas municipais descobertas; -----

3. Atendendo que a próxima alteração orçamental contemplará os valores necessários às presentes contratações; -----

4. Atendendo que se encontram reunidos os pressupostos necessários ao recrutamento, no âmbito da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas. "-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de abertura de

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.



procedimento concursal para o recrutamento de 2 nadadores-salvadores, a termo resolutivo certo, pelo prazo de 6 meses, nos termos do n.º 1, artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. -----

**12. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO, POR TEMPO INDETERMINADO, DE 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS, ÁREA DE ATIVIDADE DE NADADOR-SALVADOR.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 30/2021, da Subunidade de Recursos Humanos cujo conteúdo se transcreve: -----

"Na sequência do solicitado pelo Sr. Presidente quanto à intenção de recrutar 2 assistentes operacionais para o exercício da atividade de nadador-salvador, porquanto existir a necessidade de se proceder à vigilância do Ecoparque do Alentejo Central, cuja abertura se prevê para breve, cumpre a esta subunidade de recursos humanos informar sobre os trâmites a adotar, e os formalismos que se encontram subjacentes ao recrutamento de pessoal da administração pública/local, para a constituição de relação de emprego público por tempo indeterminado. -----

**Legislação aplicável**

Em termos de recrutamento de pessoal para a administração pública e com as especificidades das autarquias locais, há que considerar várias legislações para a abertura de procedimentos concursais. -----

Acrescenta-se ainda, a estas normas, o ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB de 24/07/2014, em que as Autarquias Locais não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA). -----

Normas aplicáveis ao recrutamento de Assistentes Operacionais por tempo indeterminado: -----

1. A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designada por Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, na sua redação atual; -- Deste modo, qualquer órgão ou serviço que pretenda satisfazer as suas necessidades de pessoal, deverá seguir um conjunto de procedimentos, de modo a garantir a observância do legalmente disposto em matéria de recrutamento, inserta na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente no seu artigo 30.º e que dispõe o seguinte:

**Artigo 30.º**

**Preenchimento dos postos de trabalho**



1 — O órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, nos termos do presente artigo.

2 — O recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal.

3 — O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

4 — O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, aberto ao abrigo e nos limites constantes do mapa anual global aprovado pelo despacho a que se refere o n.º 6.

(...) -----

O mapa de pessoal aprovado para o ano de 2021, prevê lugares de assistentes operacionais vagos na Unidade de Apoio Jurídico Ambiente, Ordenamento e Urbanismo, suficientes para fazer face aos recrutamentos agora apresentados. -----

2. O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que procede à adaptação, naquela data, da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e atualmente, por força do disposto no artigo 42.º da Lei preambular da Lei n.º 35/2014, “todas as referências feitas aos diploma ora revogados entendem-se feitas para as correspondentes normas da presente lei”; -----

O Decreto-Lei n.º 209/2009, determina que todas as referências feitas ao membro do governo ou ao dirigente máximo do serviço, consideram-se feitas nos municípios, ao Presidente da Câmara. -----

No que respeita à gestão de recursos humanos em função dos mapas de pessoal, sendo insuficiente o número de trabalhadores em funções, pode o serviço promover os recrutamentos necessários, contudo precedido de aprovação do órgão executivo, em que o sentido e data da deliberação são expressamente mencionadas no procedimento. -----

3. A Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, regulamenta a tramitação do procedimento concursal, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da LGTFP;

O art. 3º, da Portaria, na sua redação atual, determina as modalidades que pode revestir o procedimento concursal: -----

a) **Comum**, sempre que se destine ao imediato recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal dos órgãos ou serviço, bem como de necessidades futuras do empregador público;

Consequentemente, deverá ser a modalidade de procedimento concursal comum, uma vez que o recrutamento é para fazer face a necessidades imediatas; -----

4. Os serviços financeiros deste município, informaram através de e-mail de 23/03/2021, que apesar das fichas de cabimento que se anexam, por não terem saldo



suficiente, as respetivas rubricas serão dotadas com os valores necessários ao recrutamento. -----

Nestes termos conclui-se, -----

1. As autarquias não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação previsto no art. 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro e regulamentado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, conforme consta no ofício circular da ANMP n.º 92/2014-PB de 24/07/2014; -----

2. Atendendo que no mapa de pessoal aprovado para o ano 2020, tem lugares de assistentes operacionais, por tempo indeterminado vagos, na Unidade de Ambiente Ordenamento e Urbanismo – Serviço de Ação desportiva; -----

3. As rubricas orçamentais serão dotadas, na próxima alteração orçamental, com os valores suficientes aos presentes recrutamentos; -----

4. Atendendo que se encontram reunidos os pressupostos necessários ao recrutamento, no âmbito da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas; -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal, para integrar o Mapa de pessoal do Município na Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade – Serviço de Ação desportiva, 2 assistentes operacionais, por tempo indeterminado, para o exercício da atividade de nadador-salvador. -----

**13. MEDIDA DE APOIO AO REFORÇO DE EMERGÊNCIA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE SAÚDE (MAREES). PORTARIA N.º 218/2020 DE 16 DE DEZEMBRO QUE PROCEDEU À SEGUNDA ALTERAÇÃO DA PORTARIA N.º 82-C/2020, DE 31 DE MARÇO, QUE CRIOU A MEDIDA DE APOIO AO REFORÇO DE EMERGÊNCIA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS E DE SAÚDE. PRORROGAÇÃO POR MAIS DOIS MESES. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 28/2021, do SASS, que se transcreve: -----

"Por solicitação da Sra. Vereadora, sobre o assunto em epigrafe, cumpre-me informar:

Que é intenção do município de Cuba prorrogar a Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREES), por mais dois meses. Esta candidatura irá continuar com os quatro elementos que permaneceram na mesma. ----

Mais informo que se for aprovada esta pretensão, a prorrogação terá o seu início a 12 de abril e irá terminar no dia 11 de junho/21. -----

Assim para este tipo de Medida sou a expor a despesa estimada para as 4 pessoas em que uma delas tem uma tipologia diferente ou seja: -----

Uma desempregada Subsidiada, outra recebe o RSI, outra esta desempregada sem



auferir qualquer tipo de rendimento, e por fim temos uma técnica superior de Serviço Social. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada a cada uma das tipologias: -----

1. Desempregados subsidiados (1 pessoa) -----

\*Despesa total: -----

- Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 2 meses.....877,62 €

- Subsídio de Refeição: 4,77 € x 1 pessoa x 2 meses.....209,88 €

- Seguro de acidentes trabalho p/ 10 pessoas:..... 70,00 €

- Subsídio de transporte.....87,76 €

- Despesas Equipamento Individual de Proteção.....100,00 €

A despesa total sem participações do IEFP e a considerar em orçamento é de:.. 1345,26 €.

\*Comparticipação do IEFP à Câmara: -----

- Bolsa mensal: 438,81€ x 90 % x 1 pessoa x 2meses.....789,86 €

Totalidade da participação.....789,86 €

\*Despesa efetiva da Câmara já com a participação: -----

- Bolsa mensal: 438,81 € x 10% x 1 pessoa x 2meses.....87,76 €

- Subsídio de Refeição: 4,77 € x 1 pessoa x 2meses.....209,88 €

- Subsídio de transporte.....43,88 €

- Seguro de acidentes trabalho p/ 10 pessoas:.....70,00€

- Despesas Equipamento Individual de Proteção.....100,00 €

A despesa efetiva da Câmara é de :.....511,52 €

2. Pessoas desempregadas s/ rendimentos e Pessoas em situação de RSI (2 pessoas):

- Bolsa mensal: 658,22 € x 2pessoas x 2meses.....2632,88 €

- Subsídio de Refeição: 4,77 € x 2pessoas x 2meses.....419,76 €

- Seguro de acidentes trabalho p/ 2pessoas:.....140,00 €

- Despesas Equipamento Individual de Proteção.....200,00 €



A despesa total sem comparticipações do IEFP e a considerar em orçamento é de:....  
3392,64 €. -----

Comparticipação do IEFP à Câmara: -----

- Bolsa mensal: 658,22€ x 90 % x 2 pessoas x 2 meses.....2369,59 €

Totalidade da comparticipação.....**2369,59 €**

Despesa Total da Câmara já com a comparticipação:

- Bolsa mensal: 658,22 € x 10% x 2 pessoas x 2 meses.....263,29 €

- Subsídio de Refeição: 4,77 € x 2 pessoas x 2 meses.....209,88 €

- Seguro de acidentes trabalho p/ 5 pessoas:.....140,00 €

- Despesas Equipamento Individual de Proteção.....200,00 €

A despesa efetiva da Câmara é de :.....813,17 €

3. Uma colaboradora Técnica Superior na área de Serviço Social : -----

- Bolsa mensal: 855,69 € x 1 pessoa x 2 meses.....1711,38 €

- Subsídio de Refeição: 4,77 € x 1 pessoa x 2 meses.....209,88 €

- Seguro de acidentes trabalho p/ 1 pessoas:.....70,00 €

- Despesas Equipamento Individual de Proteção.....100,00 €

A despesa total sem comparticipações do IEFP e a considerar em orçamento é de:....  
2.091,26 €.

Comparticipação do IEFP à Câmara: -----

- Bolsa mensal: 855,69 € x 90 % x 1 pessoa x 2 meses .....1540,24 €

Totalidade da comparticipação.....1.540,24 €

Despesa Total da Câmara já com a comparticipação: -----

- Bolsa mensal: 855,69 € x 10% x 1 pessoa x 2 meses.....171,14 €

- Subsídio de Refeição: 4,77 € (dia Útil) x 1 pessoa x 2 meses..... 209,88 €

- Seguro de acidentes trabalho p/ 1 pessoa:.....70,00 €

- Despesas Equipamento Individual de Proteção.....100,00 €

A despesa efetiva da Câmara é de :..... 551,02 €



A despesa global da candidatura por mais dois meses é 6829,16 €, enquanto que a despesa efetiva da CMC já com a comparticipação do IEPF é de 1875,71 €. -----

Face ao exposto cumpre-me concluir: -----

*por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 31 de Março de 2021, para que nela possa ser deliberado a aprovação da candidatura.* -----

Em caso de ser deliberado favoravelmente deverá o Sr. Presidente solicitar à subunidade Financeira, a devida cabimentação do valor 1875,71 € que se refere ao valor já com a comparticipação do IEPF. No entanto é importante considerar a despesa global no valor de 6.829,16 € para fazer face às despesas com a referida prorrogação, uma vez que o adiantamento destas verbas por parte do IEPF, por vezes não se encontra logo disponível. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a prorrogação da candidatura por mais 2 meses. -----

**14. HERDADE DAS ROSAS - SOC. AGRO-PECUÁRIA, LDA. PEDIDO NO ÂMBITO DO ARTIGO 110.º DO RJUE/DIREITO À INFORMAÇÃO - REABILITAÇÃO DE CONSTRUÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE AGROTURISMO. HERDADE DAS ROSAS, ARTIGO 2-B, VILA RUIVA.** -----

1. Vem a requerente solicitar informação no âmbito do artigo 110.º do RJUE, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, relativa aos condicionamentos legais em vigor aplicáveis ao local em questão, tendo em vista a reabilitação das construções existentes para adaptação a AgroTurismo; -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

2. De acordo com o traçado apresentado, verifica-se que do ponto de vista do enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, o local está inserido essencialmente em áreas da rede de proteção e valorização ambiental (áreas de montado de sobro e de azinho) em áreas com vocação silvo-pastoril dominante e de aptidão agrícola. -----



3. De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há a registar na área, interferência com solos de REN (Reserva Ecológica Nacional) e com áreas de RAN (Reserva Agrícola Nacional); -----

4. Sem prejuízo do que atrás foi exposto, há ainda que ter em consideração o disposto nos artigos 81.º, 83.º e 90.º em articulação com os artigos 60.º e 74.º do Regulamento do PDM, que estabelece algumas condicionantes para estas áreas: -----

a) *Nestas áreas só se admitem novas construções desde que destinem às atividades agrícola e florestal, bem como as destinadas a empreendimentos turísticos previstos no artigo 60.º deste regulamento...* -----

b) *Nas explorações agrícolas podem ser criados, nos termos da legislação em vigor, e em conformidade com o n.º 2 do presente artigo, Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI);* -----

c) *Estes empreendimentos deverão, de preferência, apoiar-se em construções já existentes, de forma a contribuir para recuperar e valorizar o património rural em que é rico o concelho de Cuba;* -----

d) São admitidos para estes solos, Parques de Campismo e de Caravanismo que deverão responder aos seguintes requisitos complementares aos estabelecidos em legislação específica: -----

i) *Adaptação ao relevo existente de todas as componentes do parque de campismo: áreas para acampamento, vias, caminhos de peões, estacionamento e instalações complementares – de forma a garantir a drenagem natural, a predominância de superfícies permeáveis e a adequada integração no local; Organização criteriosa do espaço, equilibrando a privacidade e o sossego das instalações, com a animação e segurança dos espaços de uso comum; Adoção de soluções ecologicamente sustentáveis e eficientes para as origens e redes de abastecimento, saneamento, energia, resíduos e acessibilidades; Utilização de materiais apropriados à sua adequada integração paisagística; Valorização de vistas, do território e da respetiva inserção paisagística;* -----

5. Dispõe ainda o n.º 3 do artigo 74.º do mesmo regulamento, que no caso da pretensão recair sobre a construção de habitação para residência própria do agricultor da exploração agrícola, deverá observar-se os seguintes requisitos: -----

5.1. *O requerente é agricultor, nos termos regulamentares sectoriais, responsável pela*



exploração agrícola e proprietário do prédio onde se pretende localizar a habitação, facto que deve ser comprovado pelas entidades competentes; -----

5.2. A área mínima do prédio não poderá ser inferior a 2 hectares... -----

6. A utilização turística de áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional (RAN) apenas se pode verificar quando, cumulativamente: -----

a) não cause prejuízos para os objetivos daquela restrição de utilidade pública e não exista alternativa viável fora de solos RAN, no que respeita às componentes técnica, ambiental e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, em solos de menor aptidão agrícola. -----

7. As utilizações turísticas, sujeitas a parecer prévio vinculativo das Entidades Regionais da RAN (ERRAN) territorialmente competentes, estão previstas nas alíneas g) e i) do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 16 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro (RJAN – Regime Jurídico da RAN), regulamentados nos artigos 8.º e 10.º da Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, e Declaração de Retificação n.º 15/2011, de 23 de maio, e são as seguintes: -----

a) Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (TER) e de Turismo de Habitação, bem como empreendimentos reconhecidos como de Turismo de Natureza, complementares à atividade agrícola, até 600 m<sup>2</sup> de área total de implantação (incluindo a área eventualmente existente), e desde que cumpridos os demais requisitos constantes do artigo 8.º da Portaria n.º 162/2011; -----

8. Para as áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional haverá que atender ao disposto nos artigos 20.º e seguintes do respetivo regime jurídico, estabelecido pelo Decreto-lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 124/2019 de 28 de Agosto, estando a pretensão à priori sujeita a comunicação prévia ou parecer da CCDRA. -----

9. No que respeita às condicionantes impostas pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta contra riscos de incêndio (PMDFCI) e não obstante a aprovação do mesmo já ter ocorrido, faltando a respetiva publicação em DR, haverá que acautelar alguns condicionalismos decorrentes da legislação específica, nomeadamente do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações subsequentes, através da intervenção do ICNF, ouvidas as entidades competentes. -----



**15. PLANO DE PORMENOR CUBA NORTE. APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA SUA SESSÃO DE ABRIL DE 2021, MEDIANTE PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. PLANO DE PORMENOR COM EFEITOS REGISTAIS E AS DEMAIS ETAPAS ATÉ À SUA ENTRADA EM VIGOR NA PLENITUDE. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 19/2021, do Chefe da UAJDCS, enquadrando a matéria em título e cujo conteúdo se transcreve: -----

O presente plano encontra-se em condições de ser submetido a aprovação final por parte do órgão competente para o efeito, a Assembleia Municipal. -----

Sobre a evolução do procedimento importa recordar que o mesmo foi iniciado mediante deliberação tomada na RC de 04 de março de 2020, tendo por base a Informação n.º 43/2020, datada de 02 de março de 2020, da autoria do Chefe da Unidade de Obras e Urbanismo, Dr. André Linhas Roxas, para a qual se remete. -----

Posteriormente foram elaboradas as informações n.º 06/2020, de 14 de agosto, 02/2021, de 15 de janeiro e 07/2021, de 29 de janeiro, todas da autoria do Chefe da UAJDCS, Vitor Fialho, para as quais se remete. -----

Aqui chegados, decorrido o período de discussão pública que terminou no passado dia 08 de março de 2021, sem que houvesse qualquer sugestão ou reclamação, foi elaborado pela equipa do plano o Relatório de Ponderação que consta no ficheiro anexo. -----

Assim sendo, deverá a Câmara no uso das competências que lhe são cometidas pelo art.º 90.º n.º 1 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, doravante apenas RJIT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que este órgão ao abrigo mesmo art.º 90.º n.º 1 do RJIGT aprove a proposta do PP Cuba Norte apenas a esta informação. -----

Registrar e disso dar conhecimento à Assembleia Municipal que o Plano de Pormenor em questão terá efeitos registais, conforme consignado no art.º 108.º do RJIGT, onde o legislador determinou: -----

*Artigo 108.º*

*Efeitos registais*

*1 - A certidão do plano de pormenor que contenha as menções constantes das alíneas a) a d), g) a i) do n.º 1 do artigo 102.º, e que seja acompanhada das peças escritas e desenhadas enunciadas no n.º 3 do artigo anterior, constitui título bastante para a*



*individualização no registo predial dos prédios resultantes das operações de transformação fundiária previstas no plano.*-----

Vejamos então o que diz o supracitado art.º 102.º do RJGT, com especial ênfase para as alíneas a) a d) e g) a i) do n.º 1: -----

#### *Artigo 102.º*

##### *Conteúdo material*

*1 - O plano de pormenor adota o conteúdo material apropriado às condições da área territorial a que respeita, aos objetivos e aos fundamentos técnicos previstos nos termos de referência e na deliberação municipal que determinou a sua elaboração, estabelecendo, nomeadamente:*

*a) A definição e a caracterização da área de intervenção, identificando e delimitando os valores culturais e a informação arqueológica contida no solo e no subsolo, os valores paisagísticos e naturais*

*a proteger, bem como todas as infraestruturas relevantes para o seu desenvolvimento;*

*b) As operações de transformação fundiária preconizadas e a definição das regras relativas às obras de urbanização;*

*c) O desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, incluindo os espaços de circulação viária e pedonal e de estacionamento, bem como o respetivo tratamento, a localização de equipamentos e zonas verdes, os alinhamentos, as implantações, a modelação do terreno e a distribuição volumétrica;*

*d) A distribuição de funções, conjugações de utilizações de áreas de construção e a definição de parâmetros urbanísticos, designadamente, densidade máxima de fogos, número de pisos e altura total das edificações ou altura das fachadas;*

*e) As operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes;*

*f) As regras para a ocupação e para a gestão dos espaços públicos;*

*g) A implantação das redes de infraestruturas, com delimitação objetiva das áreas que lhe são afetas;*

*h) Regulamentação da edificação, incluindo os critérios de inserção urbanística e o dimensionamento dos equipamentos de utilização coletiva, bem como a respetiva localização no caso dos equipamentos públicos;*

*i) A identificação dos sistemas de execução do plano, do respetivo prazo e da programação dos investimentos públicos associados, bem como a sua articulação com os investimentos privados;*

*j) A estruturação das ações de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos.*

*2 - O plano de pormenor relativo a área não abrangida por plano de urbanização, incluindo as intervenções em solo rústico, procede à prévia explicitação do zonamento, dos fundamentos e dos efeitos da alteração do zonamento, com base na disciplina consagrada no plano diretor municipal ou plano diretor intermunicipal.*

Clarificada esta questão, importa depois assimilar que para o plano produzir todos os seus efeitos há que cumprir as regras sobre eficácia e publicidade dos planos municipais previstas no art.º 191.º n.º 1 e n.º 4 al. f) do RJGT, onde ficou estipulado: ---



*Artigo 191.º*  
*Publicação no Diário da República*

*1 - A eficácia dos programas e dos planos territoriais depende da respetiva publicação no Diário da República.*

...

*4 - São publicados na 2.ª série do Diário da República:*

...

*f) A deliberação municipal que aprova o plano municipal não sujeito a ratificação, incluindo o regulamento, a planta de ordenamento, de zonamento ou de implantação, consoante os casos, e a planta de condicionantes;*

Regista-se ainda a necessidade de ser cumprido o disposto no art.º 192.º n.º 3 do mesmo diploma, onde o legislador estipulou: -----

*Artigo 192.º*  
*Outros meios de publicidade*

...

*3 - Os programas e os planos territoriais cuja área de intervenção incide sobre o território municipal devem, ainda, ser objeto de publicação nos boletins municipais.*

Por último, a questão do depósito no SSAIGT (Sistema de Submissão Automática do Instrumentos de Gestão Territorial) e a consulta do plano pelos interessados, onde o legislador no art.º 193.º do RJIGT, determinou: -----

*Artigo 193.º*  
*Depósito e consulta*

*1 - A Direção-Geral do Território procede, através da plataforma eletrónica a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 190.º, ao depósito de todos os programas e planos territoriais com o conteúdo documental integral previsto no presente decreto-lei, incluindo as alterações, as revisões, as suspensões, as adaptações e as retificações de que sejam objeto, bem como das medidas preventivas, disponibilizando a sua consulta a todos os interessados.*

*2 - As câmaras municipais devem criar e manter um sistema que assegure a possibilidade de consulta pelos interessados dos programas e dos planos territoriais com incidência sobre o território municipal, podendo fazê-lo através de ligação ao sistema nacional de informação territorial.*

*3 - A consulta dos programas e dos planos territoriais, prevista no presente artigo, deve, igualmente, ser possível em suporte informático adequado e através do sistema nacional de informação territorial.*

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

*1.º - No uso das competências que lhe são cometidas pelo art.º 90.º n.º 1 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, doravante apenas RJIT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que este órgão, ao abrigo mesmo art.º 90.º n.º 1 do RJIGT, aprove a proposta*



- do PP Cuba Norte apensa a esta informação; -----
- 2.º - Registrar e disso dar conhecimento à Assembleia Municipal que o Plano de Pormenor em questão terá efeitos registais, conforme consignado no art.º 108.º do RJIGT; -----
- 3.º - Que da certidão de aprovação do plano deve constar a informação prevista nas alíneas a) a d) e g) a i) do n.º 1 do art.º 102.º do RJIGT; -----
- 4.º - Que deverão os serviços após aprovação pela Assembleia Municipal efetuar os mecanismos inerentes à eficácia e publicidade do plano; -----
- 5.º - Os mesmos serviços deverão diligenciar para o depósito do plano no SSAIGT (Sistema de Submissão Automática do Instrumentos de Gestão Territorial). -----

#### 16. ALTERAÇÃO N.º 5 AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2021. -----

Foi presente à Câmara a Informação reg.º n.º 4312, da Chefe da Unidade de Administração e Finanças cujo conteúdo se transcreve : -----

"A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192/2015, " As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial". -----

Na alteração n.º 5, o orçamento da receita foi modificado em virtude de serem corrigidas as previsões relativas a projetos candidatados a fundos comunitários, face ao reforço das taxas de cofinanciamento, nomeadamente da candidatura ao POSEUR. -----

No orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com gasolina, prémios, condecorações e ofertas, seguros, produtos químicos e farmacêuticos, assistência técnica, alimentação – géneros p/ confeccionar (refeitório municipal), água, conservação de bens, comunicações, publicidade, e aquisição de bens e serviços diversos. A nível das despesas com o pessoal, os reforços estão relacionados com a abertura de novos procedimentos concursais, quer por tempo indeterminado, quer a tempo certo. Também foi reforçada a verba relacionada com pensões(veterinário). -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----



01 111 2002/4 -O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de uma máquina trifásica lavar à pressão ;

01 111 2002/6- O reforço ocorreu para fazer face a aquisição de extintores para viaturas, de um elevador , plaina e chaves para as oficinas municipais;

01 111 2017/1-O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação

02 211 2008/17 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face à subscrição " Plataforma Escola Virtual);

02 241 2018/3 ação 3- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação ) consulta prévia da empreitada da reabilitação de edifícios da habitação social);

02 244 2016/3 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à consulta prévia da empreitada de execução de 8 ZMC S, em Cuba ;

02 252 2002/53 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a aquisição de uma passadeira p/ o ginásio municipal;

02 252 2009/5- O reforço ocorreu para fazer face a extintores para extintores para Piscinas descobertas e Pavilhão Gimnodesportivo;

03 331 2002/64-O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de barreiras de segurança

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projetos:

01 121 2002/5009-O reforço ocorreu para fazer face à cabimentação da despesa relacionada com a transferência para AHBV de Cuba )aquisição de uma ambulância)

01 121 2020/5008 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto )máscaras, luvas, fatos descartáveis);

01 121 2020/5008 ação 5/2- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o projeto;

01 121 2020/5008 ação 8- O reforço ocorreu para fazer face a retificação de classificação )transferência entre rúbricas);

01 121 2020/5008 ação 9/2- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o projeto;

01 121 2020/5008 ação 10/3- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionado com o aluguer de estruturas de climatização )ZCAP

02 232 2014/5002 ação 5- O reforço ocorreu para fazer face às transferências equacionadas com o apoio ao arrendamento ;

02 232 2014/5014 ação 1-O reforço ocorreu para fazer face a novas candidaturas do IEFP;

02 245 2002/5028-O reforço ocorreu para fazer face a despesas relacionadas com o projeto;



02 252 2002/5040 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a transferências para a Associação Galgueira de Cuba

04 420 2002/5028 ação 3-O reforço ocorreu para fazer face a transferências relacionadas com novas candidaturas do IEFP

04 420 2002/5061 ação 1-O reforço ocorreu para fazer face à transferência de verba para a CIMBAL, no âmbito da candidatura RIBBA.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a alteração n.º 5 ao Orçamento e GOP's de 2021. -----

**17. AUTORIZAÇÃO DE DESCABIMENTAÇÃO DE VALORES REFERENTES À CANDIDATURA 239/CEI+/20 DA JUNTA DE FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO CONSTANTE DA INFORMAÇÃO DA SASS N.º 67/20 DATADA DE 02/11/2020. TRANSFERÊNCIA DESTES VALORES PARA A CANDIDATURA 250/CEI+/20 DA JUNTA DE FREGUESIA DE CUBA. DELIBERAÇÃO POR PARTE DA CÂMARA NO ÂMBITO DAS TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 29/2021, do SASS, cujo teor se transcreve: ----

"Relativamente ao assunto em epígrafe, a SASS informa que a candidatura 239/CEI+/20 da Junta de Freguesia de Faro do Alentejo não foi executada, porque não houve encaminhamento de colaboradores por parte do IEFP para a mesma. No entanto, foi-nos efetivamente confirmado a integração de uma pessoa nesta candidatura pelo IEFP. A candidatura teve o seu início a 16/12/20, no entanto fomos informados pelo IEFP a 09/02/2021 que a mesma tinha sido executada/encerrada. -----

De forma a dar solução à situação do colaborador por recomendação do IEFP para resolver a problemática que eles próprios criaram, integrámo-lo noutra candidatura que tínhamos no momento disponível, ou seja, na candidatura 250/CEI+/20 da Junta de Freguesia de Cuba. -----

Esta candidatura era inteiramente da responsabilidade da Junta de Freguesia de Cuba, no entanto foi-nos cedida para resolvermos esta situação. Até ao dia da comunicação por parte do IEFP procedeu-se normalmente, houve lugar a pagamentos ao colaborador, supostamente integrado, e a CMC participou dois meses e nove dias à Freguesia de Faro do Alentejo, ou seja, o valor de 344,00 €. -----

De modo a que esta situação fique regularizada, deverá a Câmara Municipal, se assim o entender, deliberar transferir para a Junta de Freguesia de Cuba o apoio inicialmente



previsto para a Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, ou seja, 1271,67 €, que foi aprovado em reunião de Câmara de 11 de Novembro de 2020, uma vez que a candidatura iniciou a 10 de Fevereiro/21 e irá terminar a 09 de Agosto/21. -----

Mais, atenta a deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 26 de fevereiro de 2021, que delegou na Câmara Municipal a possibilidade de atribuição excecional de outras verbas às freguesias em casos específicos e fundamentados, registamos a dispensa de remessa do assunto a deliberação da Assembleia Municipal, existindo apenas a obrigatoriedade de reporte da transferência agora legitimada, o que deve ocorrer na primeira sessão daquele órgão que ocorrer no ano civil e económico de 2022." -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou transferir a verba da junta de freguesia de Faro do Alentejo para a Junta de Freguesia de Cuba. -----

**18. SUBMISSÃO DE TRÊS CANDIDATURAS CEI+ PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA - 1 VAGA CADA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 25/2021, do SASS, cujo conteúdo se transcreve: -----

"Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar na sequência dos despachos da Sra. Vereadora Dr.ª Noémia Ramos, que é intenção desta autarquia, apresentar três candidaturas CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador em cada uma delas, e na área Serviços Gerais. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada a cada uma das candidaturas: Valores globais: -----

1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 6 meses .....2.632,86 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00€

Total : .....3.392,50 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP: -----

2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....2.106,29 €



Comparticipação total e efetuar pelo IEFP: .....2.106,29 €

3) Atendendo à participação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses .....526,57 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total a cargo da entidade .....1286,21 €

Face ao exposto cumpre-me concluir: -----

*Por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 31 de Março de 2021, para que nela possa ser deliberado a aprovação da candidatura. -----*

Em caso de ser deliberado favoravelmente deverá o Sr. Presidente solicitar à subunidade Financeira, a devida cabimentação para cada uma das candidaturas no valor de 1286,21 €, para o ano 2021 , em que a despesa global de cada uma é de 3.392,50 € para fazer face às despesas suportadas pela autarquia no âmbito das candidaturas aos programas sociais. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter as candidaturas e suportar os encargos decorrentes da aprovação das mesmas. -----

**19. PEDIDO DE APOIOS SOCIAIS PARA ALIMENTAÇÃO POR PARTE DA MUNÍCIPE MARIA CÂNDIDA MARCELINO. PROPOSTA DE DECISÃO IMEDIATA E POSTERIOR RATIFICAÇÃO DO ATO PRATICADO PELA CÂMARA MUNICIPAL. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 33/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1 , n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do



Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Maria Cândida Marcelino. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ---

**20. PEDIDO DE APOIOS SOCIAIS PARA ALIMENTAÇÃO POR PARTE DA MUNÍCIPE CRISTINA MENDES. PROPOSTA DE DECISÃO IMEDIATA E POSTERIOR RATIFICAÇÃO DO ATO PRATICADO PELA CÂMARA MUNICIPAL. -----**

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 34/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Cristina Mendes. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ---

**21. CONSDEP – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DO TROÇO DA RUA 1.º DE MAIO, EM CUBA. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 35/2021, do Serviço de Urbanismo, que se transcreve: -----



Após análise da solicitação da Consdep, de pedido de prorrogação 0083/21 OB 1229 de 15/Mar/2021 que anexo, cabe referir o seguinte:

Atendendo ao facto de se estarem a desenvolver mais duas empreitadas com a mesma empresa, em vias estruturantes da Vila de Cuba, que condicionam fortemente a circulação rodoviária e pedonal urbana, foi solicitado à empresa empreiteira que fosse suspensa/adiada o início da intervenção no troço da Rua 1.º de Maio por um prazo que permitisse que as outras duas frentes de trabalho, nomeadamente Rua Serpa Pinto e Estrada da Circunvalação fossem concluídas para que funcionassem como alternativas de circulação tendo em vista a posterior intervenção na Rua 1.º de Maio.

Apesar de ter sido esta a posição tomada pela Autarquia, resultante de reunião entre as partes onde esta estratégia foi acordada, não posso deixar de referir o atraso existente no desenvolvimento das outras duas frentes de trabalho onde a Consdep também tem responsabilidades, e que estão a atrasar o início desta terceira frente na Rua 1.º de Maio.

Cabe ainda referir que, considero que os trabalhos no Largo da Estação já poderiam ter outro tipo de desenvolvimento. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1. Deferir a pretensão do requerente, logo prorrogar a obra por 163 dias, prevendo-se, assim o *terminus* a 15 de agosto de 2021; -----
2. Determinar que a presente prorrogação assume a forma de prorrogação legal porquanto o dono da obra não disponibilizou a totalidade de área de intervenção do projeto. -----
3. Determinar expressamente que o empreiteiro fica autorizado a concluir a fase 1 referente ao Largo da Estação da CP e acessos adjacentes e executar a fase 2 inerente aos trabalhos contíguos ao Jardim dos Combatentes (ciclovias e estacionamento); -----
4. Informar o empreiteiro que fica ainda vedado o acesso à fase 3, correspondente aos trabalhos a executar na Rua 1.º de Maio / EN 258-1, situação que se manterá até à receção provisória da empreitada da Estrada da Circunvalação e de autorização expressa para iniciar os trabalhos na via mencionada no início do presente parágrafo;
5. O Município está ciente das consequências inerentes ao ponto 4 da presente deliberação e assumirá todos os ónus que daí advierem. -----

## 22. APOIOS SOCIAIS 2021 (AGREGADOS FAMILIARES NOVOS). -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 35/2021, do SASS, cujo conteúdo se transcreve: -----



Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar: -----

O Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Cuba, vem por este meio apresentar a análise dos processos para apoios sociais, cujas candidaturas decorreram entre o dia 02 de dezembro de 2020 a 04 de janeiro de 2021, conforme editais expostos nos lugares públicos a partir de 27 de novembro 2020. -----

Em virtude da continuação e agravamento da pandemia COVID-19, na reunião de câmara de 10 de fevereiro de 2021 foi deliberado o prolongamento da validade do cartão social de 2020, até 31 de dezembro 2021, a todos os munícipes que foram considerados beneficiários na candidatura de 2020. -----

Desta forma, foram rececionadas 138 candidaturas, das quais 97 se enquadram na medida anteriormente referida, tendo apenas a análise recaído sobre as 41 candidaturas restantes, conforme mapa em anexo. -----

Mais informo que na reunião de câmara realizada no dia 15 de junho 2020, foi aprovado por unanimidade a alteração do valor de referência, regulamentado no nº 3 do art. 3º do Regulamento para Apoios Sociais, em vigor na autarquia, para o valor base de referência de carência económica, correspondente ao indexante de apoios sociais (IAS). -----

Com base no artigo 3.º do Regulamento para Apoios Sociais, foi efetuada a análise da situação sócio económica e outros indicadores dos novos agregados familiares candidatos aos Apoios concedidos pela Autarquia. -----

Mais informo que, os valores de referência das despesas mensais com a habitação por número de elementos presentes, foram calculados com base na taxa de inflação do ano de 2020, isto é, 0,0%. -----

Em conformidade com o art.º 33 nº1 alínea v) da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na sua redação atual, articulada com o Regulamento Municipal, justifica-se a atribuição dos apoios aos munícipes que reúnam as condições previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento para Atribuição de Apoios Sociais em vigor nesta Autarquia. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de apoios sociais que consta do mapa anexo. -----



23. UVINHA, LDA. PEDIDO DE ENQUADRAMENTO EM PDM. ARRANQUE DE OLIVEIRAS PARA PLANTAÇÃO DE VINHA. PRÉDIOS 11, 306, 311, 346, 389, 402 E 404 DA SECÇÃO K, EM CUBA. -----

Vem o requerente solicitar a emissão de certidão de enquadramento em PDM, relativa ao arranque de oliveiras, para plantação de vinha, a levar a cabo nos prédios acima identificados. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou certificar o seguinte: -----

Do respetivo enquadramento em PDM, de acordo com a Planta de Ordenamento, verifica-se que os prédios estão localizados essencialmente em *Área Agrícola Dominante e Áreas com Vocação Silvo-Pastoril Dominante*; -----

De acordo com a Planta de Condicionantes, do mesmo plano, há a registar interferência com solos de REN (Reserva Ecológica Nacional) nos prédios 346, 402, 404 e de RAN (Reserva Agrícola Nacional) na totalidade dos prédios; -----

Ao tratar-se de uma ação agrícola, não havendo obras de edificação, e sem prejuízo da legislação específica, julgamos haver enquadramento no art.º 86º do regulamento do PDM; -----

Deverá ainda o requerente diligenciar junto da Direção Regional de Agricultura, a obtenção da respetiva autorização, nos termos do Decreto-Lei n.º 120/86 de 28 de Maio; -----

Para os solos de REN, há que ter em consideração o respetivo regime jurídico, atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 180/2006 de 6 Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 96/2013 de 19 de Julho, que estabelece que nas áreas incluídas na REN *são proibidas as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ou ampliação, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal*. Excetuando-se os usos e as ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas incluídas em REN. Consideram-se compatíveis com os objetivos mencionados no número anterior os usos e as ações que cumulativamente: -----

1. Não coloquem em causa as funções das respetivas áreas, nos termos do Anexo I; e ---
2. Constem do Anexo II do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, nos



termos dos artigos seguintes, como: -----

i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou -----

ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia.-----

De acordo com o atrás referido, e tendo em consideração as ações de olival, nos termos do disposto no artigo 20.º e respetivo Anexo II do regime da REN, julgamos haver isenção de comunicação prévia; -----

No que respeita aos achados arqueológicos que eventualmente possam a vir a ser encontrados, deverá o promotor, dar conhecimento dos mesmos no prazo de quarenta e oito horas à administração do património cultural competente ou à autoridade policial, que assegurará a guarda desses testemunhos e de imediato informará aquela, a fim de serem tomadas as providências convenientes (Artigo 78.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, com as alterações posteriores). -----

**24. JOÃO RIBEIRO. VISTORIA AO ABRIGO DO ART.º 89.º E SEGUINTE DO RJUE – PRÉDIO COM INFILTRAÇÕES DO PRÉDIO VIZINHO. RUA DE SÃO PEDRO, N.º 3, EM CUBA. -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 04SU, do Serviço de Urbanismo, cujo conteúdo se transcreve: -----

"Na sequência de reclamação do proprietário do prédio sito na Rua de S. Pedro, n.º 3 em Cuba, relativamente ao prédio contíguo, de gaveto, realizou-se vistoria no dia 06.01.2021, pelas 10h30, ao abrigo do disposto no artigo 89.º e seguintes do RJUE, regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, para verificação do estado geral de conservação e dos eventuais danos que possa causar ao prédio do reclamante; -----

Verificou-se que efetivamente, grande parte da cobertura do prédio vizinho, de gaveto com a Travessa de S. Pedro já havia colapsado para o interior, estando o material depositado no prédio. Por esse facto é natural que a parede separadora dos fogos esteja exposta às intempéries, podendo provocar infiltrações através dessa parede para o prédio do reclamante; -----

As alvenarias exteriores em taipa e adobe também apresentam mau estado de conservação, com focos de fissuração e de desagregação dos revestimentos; -----

Identificado a proprietária do prédio vizinho, a Sr.ª Maria Júlia Lança, foi-nos



demonstrado pela própria que já havia feito pedido (no início do presente ano) para remoção dos cabos de eletricidade existentes na fachada, junto da EDP, diligência essencial para proceder à demolição do imóvel. Está a proprietária a aguardar esse procedimento pela concessionária EDP para proceder no imediato a trabalhos de demolição. -----

Por esse facto, e atendendo ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, em articulação com o disposto no n.º 8 do artigo 90.º do mesmo diploma, em face do risco eminente de derrocada da restante área, e para obviar consequências de maior expressão sugere-se uma intervenção imediata do proprietário, num prazo não superior a 40 dias para a realização dos trabalhos que deverão incidir em primeira instância sobre a demolição, limpeza e transporte a vazadouro do material resultante, a consolidação da parede/empena e do remate do telhado em contacto com o prédio do reclamante. -----

Sem prejuízo de poder ser promovido posterior projeto de reconstrução, haverá que assegurar nesta fase, um bom acabamento da empena, e do pavimento interior, que deverá ser limpo e consolidado. Nos termos do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 40.º do RJUE, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro as obras de demolição, não previstas em licença de obras de reconstrução, carecem de prévia licença camarária. -----

Mais se informa que para efeitos do disposto no artigo 91.º do RJUE, se o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, sendo aplicável à execução coerciva das obras, o disposto nos artigos 107.º e 108.º, com as devidas adaptações. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou notificar os proprietários para, no prazo de 40 dias procederem de acordo com as propostas constantes da presente informação. ----

**25. ANTÓNIO AUGUSTO ALMEIDA CARAPUÇA E OUTRO. PROC.º DE OBRAS N.º 6/2021. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR, RUA MANUEL RUI AZINHAIS NABEIRO, N.º 12 EM CUBA. -----**

Vem o requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a construção



de uma moradia, em zona de urbanização programada (UOP3), e em loteamento urbano consolidado de acordo com o plano de urbanização(PUC) -----

Da apreciação prévia do projeto agora apresentado, verifica-se que é preconizada a construção de uma moradia de dois pisos obedecendo aos preceitos urbanísticos fixados pela operação de loteamento em que se insere. A habitação resultante de tipologia T4, possuirá ao nível térreo, um espaço de sala e de cozinha/refeições, escritório, instalação sanitária de apoio, arrumos e área de circulação. No piso térreo localizam-se ainda as áreas de garagem e de piscina, no logradouro posterior. No piso superior localizar-se-ão três quartos e respetivas instalações sanitárias, hall e escada. Resultam áreas de implantação e de construção de 159.12m<sup>2</sup> e 327.53m<sup>2</sup> respetivamente, numa área de intervenção total de 507.00m<sup>2</sup> ; -----

No que respeita ao cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto em matéria de acessibilidade, será feita apreciação em fase posterior quando for entregue o plano de acessibilidades correspondente. -----

Verifica-se ainda a observância dos preceitos urbanísticos fixados pelos artigos 50.º a 53.º do regulamento do PUC em matéria de condicionamentos gerais e específicos, bem como dos parâmetros urbanísticos em vigor para o local. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

**26. MAUEL DOS SANTOS MORENO. PROCESSO DE OBRAS N.º 5/2021. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO NO LOTE 2 DO LOTEAMENTO DAS ANTIGAS PRÉ PRIMÁRIAS, EM CUBA**

Vem o requerente solicitar o licenciamento da obra em título. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento, fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos, conforme calendarização apresentada. -----



-----  
27. PROJETO DE REABILITAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE VILA ALVA. PROPOSTA PARA QUE SE FIZESSE USO DO ART.º 24.º N.º 1 AL. A) DO CCP E DETERMINASSE A ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO. NÃO APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA POR PARTE DA ENTIDADE CONVIDADA. REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 20/2021, do Chefe da UAJDSCS, que se transcreve: -----

Como é consabido, em articulação com a Informação n.º 18/2021, do Chefe da UAJDSCS, datada de 12 de março de 2021, na reunião de câmara que teve lugar no passado dia 17 de março de 2021, a propósito do Projeto de Reabilitação do Centro Cultural de Vila Alva, foi deliberado que se fizesse uso do art.º 24.º n.º 1 al. a) do CCP, determinando a abertura de Procedimento de Ajuste Direto com convite ao empreiteiro com sede em Vila Alva, António Justo da Silva Anes. -----

No terminus do prazo para entrega de propostas veio a entidade convidada apresentar o documento que se anexa – **vide doc. n.º 1**, onde explana as razões pela qual não consegue apresentar proposta. -----

Assim sendo, atendendo a que o art.º 125.º do CCP, determina: -----

#### Artigo 125.º

##### Adjudicação no caso de apresentação de uma única proposta

*1 - Quando tenha sido apresentada uma única proposta, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir Esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto da decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.*

*2 - No caso previsto no número anterior, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.*

E, no art.º 79.º n.º 1 al. a) e no art.º 80.º, ambos do CCP, o legislador determinou que:

#### Artigo 79.º

##### Causas de não adjudicação

*1 - Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, quando:*

*a) Nenhum candidato se haja apresentado ou nenhum concorrente haja apresentado proposta;*

...

#### Artigo 80.º

##### Revogação da decisão de contratar



1 - A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Registrar que a entidade convidada para o de Ajuste Direto de EOP n.º 01/2021, visando a execução do Projeto de Reabilitação do Centro Cultural de Vila Alva, após auscultar os diversos fornecedores e subempreiteiros, não conseguiu apresentar proposta atento o limite máximo para o qual a Câmara estava disponível para contratar; -----

2.º - Em função do explanado no ponto anterior, ao abrigo do n.º 1 do art.º 80.º do Código dos Contratos Públicos, deliberar pela revogação da decisão de contratar, dando assim por extinto o procedimento. -----

**28. ATRIBUIÇÃO DO SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE AOS TRABALHADORES INTEGRADOS NA CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, COM CONDIÇÕES DE RISCO, PENOSIDADE E INSALUBRIDADE. -----**

Foi presente à Câmara uma proposta do Sr. Presidente que se transcreve: -----

PROPOSTA: -----

A Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2021, veio finalmente estabelecer a atribuição o tão desejado suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional, cujas funções com particularidades específicas da prestação de trabalho, nomeadamente, com condições de risco, penosidade e insalubridade. -----

Assim, considerando que: -----

1- Compete ao empregador público assegurar as condições de segurança, higiene e saúde dos seus trabalhadores; -----

2- O mapa de pessoal da Câmara comporta um determinado conjunto de trabalhadores que pelas funções que exercem, resulta comprovada sobrecarga funcional que potencia o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou risco potencial de degradação do estado de saúde, tendo presente o seguinte: -----

2.1 - Os trabalhadores afetos à atividade de recolha de resíduos urbanos, têm uma elevada exposição a níveis de penosidade e insalubridade elevados, nomeadamente riscos físicos, biológicos, químicos, ergonómicos, psicossociais e de acidentes; -----



2.2 - Os assistentes operacionais que executam as funções associadas à higiene urbana, encontram-se expostos a riscos físicos, biológicos, químicos, ergonómicos e de acidentes, deverá considerar-se que ficam expostos de um nível elevado de penosidade e insalubridade; -----

2.3. - Os trabalhadores afetos ao cemitério municipal, pelas tarefas que desenvolvem, nomeadamente, exumações, inumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas, e ainda, aqueles que não trabalham diretamente nestas áreas, mas que por se encontrarem no exercício de funções em cemitério, designadamente, obras nas infraestruturas do espaço, encontram-se, diariamente expostos a risco elevado de penosidade e insalubridade; -----

2.4 - Igualmente, se considera que se encontram expostos a um nível elevado os trabalhadores afetos ao saneamento, dada as tarefas de desentupimentos, limpezas de fossas sépticas; -----

2.5 - Para além das situações em cima expostas, há ainda que considerar aquelas em que trabalhadores, não se encontrando diariamente na execução de tarefas, especificamente, aplicação de produtos fitofarmacêuticos, mas que não deixa de ser considerado de elevado risco de exposição; -----

3- Foi emitido parecer externo pela Técnica Responsável da empresa de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho – Workview. -----

4- Foram, ouvidos os trabalhadores através dos seus representantes legítimos do Município de Cuba, designadamente, STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos. -----

5- Os encargos financeiros da presente proposta, representa um custo anual, sensivelmente, no valor de 22 400,00 €. -----

6- Os serviços financeiros, informam que na presente data, a rubrica que acolhe a despesa tem uma dotação de 7 350.00 € e que será reforçada na próxima alteração orçamental, para fazer face à despesa total. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1. A atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores que se encontrem nas situações, anteriormente, expressas; -----

2. Que o valor a abonar, diariamente, seja o correspondente ao nível elevado de



penosidade e insalubridade, correspondente a 4.99 €, salvo se resultar valor superior a aplicação do disposto no artigo 24º, n.º 2 da Lei n.º 875-B/2020, de 31/12 – Lei de Orçamento de Estado para 2021. -----

3. Que o presente suplemento tenha efeitos retroativos a 1 janeiro de 2021. -----

4. Que se efetue um estudo de aprofundamento desta matéria, de forma a identificar, em todos os postos de trabalho da carreira de assistente operacional, o grau de penosidade e insalubridade a que os trabalhadores estão sujeitos no dia a dia, uma vez que muitas áreas de trabalho não foram contempladas no art.º 24.º da lei do OE 2021, podendo vir a verificar-se essa mesma penosidade ou insalubridade nas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,15 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,